



EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Gláucia Botan Rufato¹

Resumo:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil assume papel estratégico na garantia do direito à educação e na construção de práticas pedagógicas alinhadas às demandas sociais e econômicas contemporâneas. Inserir o empreendedorismo e a sustentabilidade nesse contexto representa uma possibilidade de promover a formação cidadã, crítica e emancipadora, contribuindo para o desenvolvimento de competências que dialogam com o mundo do trabalho, mas também com a preservação ambiental e a responsabilidade social. Este artigo tem como objetivo analisar de que forma o empreendedorismo sustentável pode ser integrado às práticas educativas na EJA, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, favorecendo aprendizagens significativas e contextualizadas. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfica, baseia-se em referenciais teóricos sobre políticas públicas educacionais, metodologias ativas e educação ambiental. A análise aponta que a articulação entre empreendedorismo e sustentabilidade possibilita não apenas a valorização dos saberes prévios dos educandos, mas também a construção de projetos coletivos, como hortas escolares, feiras de economia solidária e iniciativas de reciclagem, que fortalecem a autonomia e a participação comunitária. **Conclui-se que a abordagem contribui para a formação integral dos sujeitos da EJA, ao mesmo tempo em que amplia o diálogo entre escola, comunidade e sociedade, fortalecendo o compromisso social da educação.**

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Empreendedorismo. Sustentabilidade. Ensino Fundamental. Formação cidadã.

¹ Rufato, Gláucia Botan (<http://lattes.cnpq.br/4688109744862124>). Universidade Estadual de Londrina Maringá, PR, Brasil.

© Este trabalho integra a obra: “XXXXXX”, publicado pela XXXXX em 2025, disponível para acesso gratuito em: www.xxxx.com.br

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um espaço fundamental para a garantia do direito à educação no Brasil, atendendo sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou permanência na escola na idade considerada regular. Esse público heterogêneo reúne trajetórias marcadas por experiências de trabalho precoce, responsabilidades familiares, desigualdades sociais e exclusões históricas (ARROYO, 2017). Contudo, embora se reconheça a EJA como espaço de diversidade e reparação, é preciso evidenciar também os limites impostos pelas políticas públicas recentes, marcadas pelo desmonte de programas, pela descontinuidade de ações governamentais e pela crescente subordinação da educação a lógicas de mercado. Ao se reduzir a EJA a uma função compensatória, esvazia-se seu potencial de transformação social, deslocando-a para uma posição de marginalidade dentro do próprio sistema educacional.

Nesse cenário, o debate sobre empreendedorismo e sustentabilidade apresenta-se como uma possibilidade, mas também como campo de disputa. Por um lado, pode articular formação escolar, emancipação social e participação ativa dos sujeitos em suas comunidades. Por outro, corre o risco de ser apropriado por um discurso adaptativo, que responsabiliza os indivíduos pela superação das desigualdades estruturais, reforçando a racionalidade neoliberal que desloca o foco das políticas coletivas para a lógica da autogestão e do mérito individual. Nesse ponto, a pedagogia freireana não pode ser evocada apenas como ícone consensual, mas como provocação crítica: como assegurar que práticas ditas emancipadoras não sejam capturadas pelo mesmo modelo que Freire (1996) denunciava como opressor? Que distinções permitem identificar propostas contra-hegemônicas daquelas que apenas treinam sujeitos para melhor se ajustarem às exigências do mercado?

O empreendedorismo, muitas vezes associado ao universo empresarial e competitivo, pode assumir outro caráter no contexto da EJA, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mais do que fomentar a lógica mercadológica, trata-se de tensionar seu sentido e de propor práticas que desenvolvam a capacidade de planejar, cooperar, inovar e construir alternativas para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva (DORNELAS, 2018). Quando aliado à sustentabilidade, esse processo pode



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:
Para um autor: Silva
Para dois autores: Silva e Souza
Para três autores: Silva, Souza e Ferreira
Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

adquirir uma dimensão social e ambiental, estimulando práticas de economia solidária, reaproveitamento de materiais, cultivo de hortas escolares e comunitárias, além de projetos de reciclagem e preservação ambiental.

Essa abordagem também se conecta às discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), que apontam a educação de qualidade, o trabalho decente e o crescimento econômico sustentável como metas interligadas. Contudo, a apropriação desses objetivos no contexto da EJA exige análise crítica: estariam tais metas a serviço da emancipação ou do enquadramento dos sujeitos em uma agenda global de adaptação ao capitalismo verde? Inserir tais debates na EJA, portanto, não significa apenas alinhar-se a recomendações internacionais, mas criar condições para que jovens e adultos compreendam seu papel como agentes transformadores da realidade social, econômica e ambiental, superando a condição de espectadores e assumindo o lugar de protagonistas em seus territórios.

A relevância desta pesquisa reside, portanto, na necessidade de construir propostas pedagógicas que articulem formação escolar, emancipação social e consciência ecológica, em diálogo com as especificidades dos sujeitos da EJA. Parte-se da seguinte questão de pesquisa: de que maneira o empreendedorismo sustentável pode ser integrado às práticas educativas da EJA, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, favorecendo aprendizagens significativas e contextualizadas sem se reduzir a um mecanismo de adaptação neoliberal?

O objetivo geral do estudo é analisar como o empreendedorismo e a sustentabilidade podem ser trabalhados de forma articulada na EJA, contribuindo para a formação cidadã e crítica dos educandos. Como objetivos específicos, busca-se: (a) compreender os fundamentos teóricos que sustentam a inserção do empreendedorismo e da sustentabilidade na educação; (b) discutir experiências pedagógicas que relacionem tais dimensões na EJA; e (c) refletir sobre as possibilidades de construção de práticas escolares que promovam autonomia, protagonismo e transformação social.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na urgência de práticas educativas que estejam em consonância com os desafios contemporâneos. Em um contexto marcado pelo avanço das crises sociais, econômicas e ambientais, a educação deve assumir o



compromisso de formar sujeitos capazes de pensar criticamente, propor alternativas e agir de forma responsável. Ao inserir o empreendedorismo e a sustentabilidade como eixos formativos, é necessário tensionar seus sentidos: trata-se de formar sujeitos capazes de ressignificar suas experiências, reconhecer seus saberes e projetar novos caminhos para o futuro, não como indivíduos isolados adaptados à precarização, mas como coletivos que disputam alternativas de vida digna e sustentável.

Empreendedorismo e suas abordagens críticas

O conceito de empreendedorismo tem sido amplamente discutido nas últimas décadas, ganhando destaque não apenas no campo econômico, mas também em diferentes áreas do conhecimento, incluindo a educação. Tradicionalmente associado à criação de empresas e ao desenvolvimento de negócios, o termo remonta ao economista Joseph Schumpeter (1982), que o compreendia como a capacidade de inovar, introduzir novos produtos, processos ou serviços, rompendo com o equilíbrio do mercado e promovendo ciclos de desenvolvimento econômico. Posteriormente, autores como Drucker (1987) ampliaram o entendimento do empreendedorismo, associando-o à capacidade de identificar oportunidades, organizar recursos e implementar projetos de forma eficiente e inovadora. Nesse sentido, o empreendedor não se restringe ao proprietário de uma empresa, mas abarca qualquer sujeito capaz de transformar ideias em ações concretas que gerem valor social, econômico ou cultural.

Ao longo do tempo, essa noção foi expandida para diferentes campos, dando origem a distintas abordagens:

Empreendedorismo econômico: vinculado à criação de negócios e geração de riqueza, com foco em inovação e competitividade.

Empreendedorismo social: voltado para iniciativas que buscam resolver problemas sociais e ambientais, combinando inovação com impacto coletivo (DEES, 2001).

Empreendedorismo educacional: entendido como processo de formação de competências, atitudes e valores que estimulam autonomia, criatividade e capacidade de agir em diferentes contextos (DOLABELA, 2003).



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:
Para um autor: Silva
Para dois autores: Silva e Souza
Para três autores: Silva, Souza e Ferreira
Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

No entanto, a transposição desse vocabulário para a educação não é neutra. A emergência do “empreendedorismo educacional” deve ser analisada à luz da colonização do campo pedagógico por termos da racionalidade empresarial, fenômeno identificado por Dardot e Laval (2016). Ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória, corre-se o risco de transformar a escola em espaço de treinamento para o autogerenciamento permanente, reforçando o ideal de um “aluno empreendedor” como novo avatar do “cidadão neoliberal”. Nesse enquadramento, a precariedade estrutural que marca a vida dos sujeitos da EJA pode ser invisibilizada e convertida em problema de iniciativa pessoal, obscurecendo as dimensões políticas e coletivas da desigualdade.

Empreendedorismo como competência no século XXI

Na sociedade contemporânea, marcada por rápidas transformações tecnológicas, econômicas e culturais, o empreendedorismo é frequentemente valorizado como competência essencial. Organismos internacionais, como a UNESCO (2016), defendem que a educação do século XXI deve preparar os sujeitos para enfrentar a incerteza, resolver problemas complexos e atuar com criatividade e responsabilidade social. A generalização desse discurso, contudo, exige cautela: ao mesmo tempo em que abre espaço para aprendizagens criativas e contextualizadas, também pode reforçar a lógica de que cada indivíduo deve se adaptar a um mundo instável por meio de sua própria capacidade empreendedora — uma narrativa funcional ao neoliberalismo.

No campo educacional brasileiro, Dolabela (2003) defende que o processo de aprender a empreender desenvolve no indivíduo a capacidade de sonhar, projetar e realizar, habilidades importantes para a vida pessoal, profissional e social. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) também incorpora a competência empreendedora, entendida como agir com autonomia, criatividade e responsabilidade para enfrentar desafios. Embora suas diretrizes se destinem principalmente à educação básica regular, seu vocabulário já atravessa debates sobre a EJA, evidenciando a força dessa colonização discursiva.



Na Educação de Jovens e Adultos, o empreendedorismo apresenta especificidades. Muitos educandos já possuem experiência prática em atividades de subsistência, comércio informal, trabalhos comunitários ou pequenos negócios familiares. Tais vivências podem ser valorizadas pedagogicamente, mas sempre com o cuidado de não reduzir o processo educativo à mera preparação para o autoemprego precarizado. Entre as potencialidades, destacam-se a valorização dos saberes prévios dos educandos, o estímulo ao protagonismo e a possibilidade de fortalecimento de vínculos comunitários por meio de projetos coletivos. Porém, os desafios permanecem: ausência de formação docente específica, falta de infraestrutura escolar e, sobretudo, o risco de reproduzir narrativas neoliberais que responsabilizam os sujeitos por sua condição de exclusão (DARDOT; LAVAL, 2016).

Um lugar crítico para o professor da EJA

Nesse contexto, o papel do professor deve ser o de mediador crítico do processo de ensino-aprendizagem em empreendedorismo. Inspirado em Freire (1996), cabe ao educador problematizar, dialogar e construir coletivamente caminhos que evitem a naturalização da precariedade como “falta de iniciativa”. O empreendedorismo, então, deixa de ser técnica de mercado e se torna prática social, enraizada na experiência concreta dos educandos e aberta à reflexão crítica sobre alternativas de transformação da realidade.

Experiências relatadas em projetos educativos apontam práticas como oficinas de artesanato e culinária, cooperativas escolares, iniciativas de economia criativa e empreendimentos sustentáveis comunitários. Quando orientadas por princípios emancipatórios e não adaptativos, tais práticas mostram que é possível ressignificar o empreendedorismo, articulando-o à economia solidária, à sustentabilidade e ao fortalecimento das comunidades da EJA.

Sustentabilidade

A discussão sobre sustentabilidade consolidou-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como um dos eixos centrais das reflexões acadêmicas, políticas e sociais, ganhando relevo nas agendas internacionais e nacionais. Inicialmente vinculada às preocupações ambientais, a noção de sustentabilidade expandiu-se para abranger também dimensões sociais, culturais e econômicas, reconhecendo que o equilíbrio ecológico não pode



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:

Para um autor: Silva

Para dois autores: Silva e Souza

Para três autores: Silva, Souza e Ferreira

Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

ser dissociado das condições de vida das populações, das práticas produtivas e da justiça social (SACHS, 2002).

De acordo com o Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, sustentabilidade significa atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Essa definição, ainda hoje amplamente citada, consolidou a ideia de que desenvolvimento sustentável exige a conciliação entre crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. Desde então, diversos documentos, como a Agenda 21 (1992) e a Agenda 2030 (ONU, 2015), reafirmam a centralidade desse princípio.

No contexto brasileiro, Gadotti (2009) ressalta que a sustentabilidade deve ser entendida como um novo paradigma civilizatório, capaz de reorientar práticas de produção, consumo e convivência social. Não se trata apenas de adotar práticas “ecológicas”, mas de reconstruir valores e atitudes que fortaleçam a solidariedade, a cooperação e a consciência crítica acerca das relações entre seres humanos e natureza.

Ignacy Sachs (2002) propõe que a sustentabilidade deve ser compreendida a partir de múltiplas dimensões interdependentes: a ambiental, a econômica, a social, a cultural, a territorial e a política. Cada uma delas contribui para um entendimento mais abrangente do conceito e evita reduzi-lo apenas à perspectiva ecológica.

- **Ambiental:** busca preservar os ecossistemas, garantindo a biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais.
- **Econômica:** propõe modelos de produção e consumo menos predatórios e mais inclusivos.
- **Social:** envolve a redução das desigualdades e a garantia de direitos fundamentais.
- **Cultural:** valoriza identidades, tradições e saberes locais, entendendo-os como parte da sustentabilidade.
- **Territorial:** trata do planejamento equilibrado do uso do solo e da ocupação urbana e rural.
- **Política:** refere-se à participação democrática e à governança voltada ao bem comum.



Ao transpor essas dimensões para o campo educacional, torna-se evidente que a escola, e em especial a Educação de Jovens e Adultos (EJA), desempenha papel essencial na formação de sujeitos capazes de compreender, agir e transformar a realidade de modo sustentável.

Sustentabilidade no Cotidiano Escolar

A escola, enquanto espaço de formação integral, é um lugar privilegiado para a promoção da sustentabilidade. Isso pode ocorrer tanto no currículo formal quanto nas práticas pedagógicas cotidianas. Jacobi (2005) destaca que a educação para a sustentabilidade deve estar articulada a projetos interdisciplinares, capazes de integrar conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que envolvem a comunidade escolar e seu entorno. Exemplos de práticas incluem: hortas comunitárias ou escolares, que além de promoverem a alimentação saudável, estimulam a cooperação e o cuidado com o meio ambiente; projetos de reciclagem e reaproveitamento de materiais, que desenvolvem noções de economia circular; discussões críticas sobre consumo consciente, uso da água e energia, estimulando mudanças de hábitos; integração de saberes locais, como práticas agrícolas tradicionais, valorizando o conhecimento popular.

No caso da EJA, tais iniciativas têm potencial ainda maior, uma vez que muitos estudantes estão diretamente inseridos no mundo do trabalho e em contextos comunitários onde a sustentabilidade se apresenta como necessidade concreta, seja pela busca de alternativas de renda, seja pela preservação de recursos naturais que sustentam sua sobrevivência.

Paulo Freire (1996), ao enfatizar a pedagogia da autonomia e a importância de uma educação crítica e emancipatória, fornece subsídios fundamentais para pensar a sustentabilidade na EJA. Segundo ele, a formação deve levar à consciência crítica e à capacidade de intervenção no mundo. Assim, práticas de educação para a sustentabilidade não se limitam a transmitir informações, mas buscam formar sujeitos ativos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de se posicionar frente às contradições sociais.

Morin (2015), ao propor os sete saberes necessários à educação do futuro, também destaca a interdependência entre sociedade e natureza, a necessidade de enfrentar incertezas e a urgência de formar uma ética planetária. Para ele, a sustentabilidade não pode ser reduzida a



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:
Para um autor: Silva
Para dois autores: Silva e Souza
Para três autores: Silva, Souza e Ferreira
Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

um conteúdo escolar, mas precisa ser tratada como princípio transversal, capaz de orientar a vida em sociedade.

Sustentabilidade como Princípio Pedagógico na EJA

Na Educação de Jovens e Adultos, a abordagem da sustentabilidade deve considerar a especificidade do público atendido: trabalhadores, mães, pais, pessoas que, por diversos motivos, tiveram o acesso à escola interrompido em etapas anteriores da vida. Nesses contextos, a sustentabilidade assume um caráter formativo, mas também prático e transformador.

A construção de projetos pedagógicos voltados à sustentabilidade pode, por exemplo:

- articular saberes científicos e experiências de vida dos estudantes;
- promover ações coletivas que impactem a comunidade (como mutirões de limpeza, projetos de energia solar, hortas comunitárias);
- desenvolver competências socioemocionais ligadas ao cuidado, à responsabilidade e à cooperação;
- estimular a perspectiva de desenvolvimento sustentável como alternativa concreta de geração de renda.

Dessa forma, a sustentabilidade, mais do que um conteúdo curricular, transforma-se em uma prática pedagógica integrada ao cotidiano dos alunos da EJA, permitindo-lhes atuar como protagonistas em seus territórios.

Apesar de sua relevância, a inserção da sustentabilidade na educação brasileira enfrenta desafios. Entre eles, destacam-se: a falta de formação inicial e continuada de professores para lidar com a temática de forma crítica e interdisciplinar; a escassez de recursos materiais e pedagógicos; a tendência a reduzir a sustentabilidade a projetos pontuais e desarticulados do currículo; a ausência de políticas públicas consistentes que assegurem sua implementação sistemática.

Contudo, mesmo diante desses entraves, experiências inovadoras mostram-se possíveis e necessárias. Segundo Gadotti (2009), a educação para a sustentabilidade exige coragem



política e compromisso pedagógico, sendo fundamental que os professores e gestores compreendam sua importância para a formação cidadã e para a transformação social.

A importância (e os limites) do empreendedorismo e da sustentabilidade na EJA

A articulação entre empreendedorismo e sustentabilidade tem sido apresentada como alternativa pedagógica capaz de enriquecer o currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo aprendizagens contextualizadas e valorizando experiências prévias dos estudantes. Contudo, essa aproximação precisa ser problematizada: em que medida tal proposta enfrenta as contradições entre trabalho e escolarização, entre formação e sobrevivência? Até que ponto projetos escolares voltados ao “empreendedorismo sustentável” são viáveis em contextos de desmonte das políticas públicas, precarização das condições escolares e ausência de investimentos mínimos em infraestrutura?

O empreendedorismo, quando transposto ao campo educacional, costuma ser defendido como caminho para o desenvolvimento de competências como autonomia, criatividade, organização e resiliência (DORNELAS, 2018). No entanto, é preciso reconhecer o risco de que esse discurso reproduza a responsabilização individual típica da racionalidade neoliberal: formar sujeitos empreendedores que “superam” as adversidades por esforço próprio, enquanto se invisibilizam as desigualdades estruturais que condicionam suas trajetórias. Em outras palavras, o “aluno empreendedor” pode se tornar o novo avatar do “cidadão neoliberal”, convocado a administrar sua própria precariedade.

A dimensão da sustentabilidade, por sua vez, adiciona uma pauta social e ambiental relevante. Morin (2015) argumenta que educar para a sustentabilidade é educar para a complexidade, estimulando consciência crítica sobre os impactos coletivos das ações humanas. Contudo, esse potencial se vê frequentemente limitado pelas condições reais da escola: como implementar hortas pedagógicas em espaços sem água potável? Como organizar feiras sustentáveis em comunidades marcadas pela fome, pela falta de merenda e pela carência de professores? Sem enfrentar essas questões, o risco é que a defesa do “empreendedorismo sustentável” se converta em prescrição vazia, típica dos manuais de “boas práticas”, mais voltados a projetar um ideal abstrato do que a transformar a realidade concreta da EJA.



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:

Para um autor: Silva

Para dois autores: Silva e Souza

Para três autores: Silva, Souza e Ferreira

Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

Além disso, a incorporação do discurso das chamadas “competências do século XXI” merece atenção crítica. Longe de ser neutra, essa formulação tem servido como cavalo de Troia das reformas curriculares neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016), reforçando a adaptação dos sujeitos a um mundo instável, em vez de questionar as condições que produzem tal instabilidade. Ao enfatizar a criatividade, a resiliência e a adaptabilidade, corre-se o risco de reduzir a educação ao treinamento de indivíduos flexíveis, prontos para se ajustar às exigências do mercado, em detrimento da formação política e emancipatória.

Diante disso, a integração entre empreendedorismo e sustentabilidade na EJA só faz sentido se compreendida em chave crítica: não como receituário universal de projetos inovadores, mas como prática pedagógica situada, que reconhece limites concretos e disputa sentidos. Significa valorizar os saberes prévios dos estudantes e promover experiências coletivas que articulem sobrevivência, solidariedade e consciência ecológica, sem perder de vista as contradições de um campo marcado pela precarização estrutural e pelo embate entre projetos de educação emancipatória e agendas neoliberais de adaptação social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, fundamentado na análise crítica de produções científicas, documentos normativos e obras de referência relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao empreendedorismo e à sustentabilidade. Como aponta Gil (2019), a pesquisa bibliográfica não se limita à descrição do já produzido, mas exige do pesquisador uma postura analítica diante dos diferentes enfoques teóricos, identificando consensos, tensões e lacunas.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que envolve dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais em sua densidade, considerando significados, disputas e contradições. Nesse sentido, a investigação não pretende apenas registrar experiências de empreendedorismo sustentável na EJA, mas discutir criticamente os sentidos atribuídos a tais práticas, suas condições de viabilidade e os limites estruturais que as atravessam.



O levantamento bibliográfico contemplou tanto obras clássicas (Freire, 1996; Arroyo, 2017; Morin, 2015) quanto produções contemporâneas críticas que problematizam o avanço das pedagogias empreendedoras e o discurso das “competências do século XXI” no contexto das reformas educacionais de viés neoliberal (Frigotto, 2010; Ball, 2014; Laval & Dardot, 2016). Além disso, foram consultados documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e a Agenda 2030 da ONU (2015). Essa triangulação buscou confrontar o discurso normativo com análises acadêmicas críticas, evitando a reprodução acrítica de diretrizes.

O procedimento metodológico envolveu três etapas articuladas:

Levantamento e seleção das fontes: identificação de livros, artigos, teses, dissertações e documentos normativos a partir de bases acadêmicas (SciELO, Capes Periódicos, Google Scholar), priorizando publicações dos últimos dez anos que discutem EJA, empreendedorismo e sustentabilidade em perspectiva crítica.

Organização e categorização temática: as obras foram agrupadas em três eixos analíticos — (a) fundamentos e especificidades da EJA; (b) pedagogias empreendedoras e suas críticas; (c) sustentabilidade e práticas socioeducativas. O critério para a categorização foi a recorrência de conceitos e argumentos que estruturam os debates, permitindo identificar convergências e dissensos entre os autores.

Análise crítica e interpretativa: leitura atenta e cruzamento dos referenciais, de modo a evidenciar não apenas pontos de apoio para a integração entre empreendedorismo e sustentabilidade na EJA, mas também suas contradições, limites materiais e potenciais riscos de alinhamento a uma lógica mercantilizadora da educação.

Por se tratar de um estudo bibliográfico, não foram coletados dados empíricos junto a sujeitos. Contudo, foram analisadas experiências documentadas em relatórios institucionais e artigos de relato de prática, buscando identificar impactos, dificuldades e condições reais de implementação. Essa estratégia permitiu confrontar a retórica de “boas práticas” com os obstáculos concretos enfrentados por escolas da EJA, como a carência de infraestrutura, recursos e pessoal.



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:

Para um autor: Silva

Para dois autores: Silva e Souza

Para três autores: Silva, Souza e Ferreira

Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

Reconhece-se como limite da pesquisa a ausência de dados empíricos sistemáticos sobre o impacto direto de projetos de empreendedorismo sustentável na EJA. Contudo, ao assumir esse limite, o estudo reforça sua contribuição como base teórica crítica para futuras investigações empíricas que avaliem, em campo, a efetividade e as condições de viabilidade de tais iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar as possibilidades de integração entre empreendedorismo e sustentabilidade nas práticas educativas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Partiu-se do pressuposto de que a EJA deve ser compreendida como espaço de reconhecimento dos sujeitos, de valorização de suas trajetórias e de promoção da cidadania crítica, superando a visão meramente compensatória que historicamente a marcou.

A análise teórica indicou que o empreendedorismo, quando não reduzido ao discurso mercantil de eficiência e competitividade, pode ser mobilizado como recurso pedagógico de fortalecimento da autonomia, da criatividade e da cooperação. Articulado à sustentabilidade, amplia-se para dimensões sociais, ambientais e comunitárias, favorecendo uma formação que não se restringe à adaptação ao mercado de trabalho, mas que também problematiza as condições concretas de vida e de sobrevivência dos sujeitos da EJA.

Entretanto, as potencialidades aqui discutidas não podem ser tomadas de forma romantizada. Experiências como hortas comunitárias, feiras solidárias e projetos de reciclagem, embora relevantes, dependem de condições materiais mínimas — infraestrutura escolar, tempo pedagógico, políticas públicas consistentes — que muitas vezes estão ausentes no cotidiano da EJA. Ignorar essas limitações significa correr o risco de transformar propostas inovadoras em prescrições normativas sem viabilidade real.

Do ponto de vista metodológico, o estudo evidencia seus próprios limites. Por tratar-se de uma investigação exclusivamente bibliográfica, a ausência de pesquisa empírica em escolas da EJA enfraquece qualquer pretensão de avaliar o impacto efetivo da articulação entre empreendedorismo e sustentabilidade. Em um campo atravessado por disputas curriculares,



desigualdades históricas e políticas públicas fragmentadas, a escuta dos sujeitos — educandos e educadores — é indispensável. Sem ela, qualquer proposta permanece no plano das intenções.

Portanto, mais do que afirmar que os objetivos foram “plenamente alcançados”, cabe reconhecer que este estudo cumpre o papel de sistematizar referenciais teóricos e tensionar discursos oficiais, mas não substitui a análise situada das práticas reais. Como agenda para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de estudos de caso, observações em campo e análises de experiências concretas, capazes de revelar tanto os alcances quanto as contradições da implementação dessa abordagem na EJA.

Assim, reafirma-se a importância de pensar a educação de jovens e adultos não como espaço de reprodução de competências genéricas ditadas por agendas globais, mas como terreno de disputa política e pedagógica. Uma EJA que articule empreendedorismo, sustentabilidade e cidadania crítica só será viável se ancorada em políticas públicas consistentes, na escuta dos sujeitos e em práticas pedagógicas que enfrentem, sem disfarces, os limites estruturais da realidade educacional brasileira.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BALL, Stephen J. *Educação global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2003.



Nas páginas ímpares, a partir da página 3, inserir os sobrenomes dos autores, alinhados à esquerda, em Times, 10 pt, usando o seguinte formato:
Para um autor: Silva
Para dois autores: Silva e Souza
Para três autores: Silva, Souza e Ferreira
Para quatro ou mais autores: Silva *et al.*

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Empreende, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

